

## VEBLEN E OS PRECEDENTES DO FEMINISMO ECONÔMICO

Maiara Cavallari Motta<sup>1</sup>

**RESUMO:** O institucionalismo vebleniano projeta uma ciência econômica evolucionária na qual as instituições e a tecnologia vivem em incertezas e se transformam continuamente. Essa abordagem é utilizada para analisar diversos fenômenos econômicos, inclusive quanto aos avanços das teorias econômicas, como no caso do feminismo econômico. Com isso, o objetivo geral deste trabalho é analisar a possível ligação entre as ideias abordadas pela economia institucional de Veblen e a evolução do feminismo econômico. Para alcançar esse objetivo, a metodologia utilizada no trabalho é fundamental bibliográfica, utilizando como base a teoria de Veblen e fazendo possíveis ligações com o feminismo econômico, além disso, outros autores que contribuíram para essa discussão foram acionados para análise.

**Palavras-Chave:** Veblen; Desigualdade de Gêneros; Economia Feminista.

### VEBLEN AND THE PRECEDENTS OF ECONOMIC FEMINISM

**ABSTRACT:** Veblenian institutionalism projects an evolutionary economic science in which institutions and technology live in uncertainty and continually transform. This approach is used to analyze various economic phenomena, including the advances of economic theories, as in the case of economic feminism. Thus, the general objective of this work is to analyze the possible connection between the ideas addressed by Veblen's institutional economy and the evolution of economic feminism. To achieve this goal, the methodology used in the work is fundamental bibliographic, using veblen's theory as a basis and making possible links with economic feminism, in addition, other authors who contributed to this discussion were triggered for analysis.

**Keywords:** Veblen; Gender Inequality; Feminist Economics.

#### 1. INTRODUÇÃO

O institucionalismo vebleniano projeta uma ciência econômica evolucionária na qual as instituições e a tecnologia vivem em incertezas e se transformam continuamente. Nesses processos de modificações, as conceitualizações ganham novos contornos. Mais que isso, o objeto e a forma de fazer ciência também evoluem.

---

<sup>1</sup> Graduação em Gestão da Produção Industrial pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (2018). Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho.

A economia feminista defende justamente que há variabilidade na forma de percepção e decisão dos indivíduos, que os agentes podem ter novos aprendizados e terem novos hábitos. A economia feminista surge então para romper a uniformidade do *homo economicus* e criar novos paradigmas.

A economia feminista e economia institucional abordam uma reflexão mais profunda sobre o modelo enraizado da ação individual do *mainstream* na ciência econômica. Assim, a análise sobre o feminismo não influenciou apenas o modo de se entender os processos econômicos, mas a própria economia, como fruto de um longo período de construção social de pensar compartilhados.

A economia feminista dificilmente é uma única coisa, ou seja, não é apenas uma área de investigação. Ela provém de diferentes escolas econômicas como neoclássica, institucionalista (a qual é mais relevante nesse estudo), keynesiana etc. Ainda podemos veicular ao estudo diferentes vertentes do próprio feminismo como movimento.

Desta forma, a problematização desta pesquisa se concentra: Há ligações da economia institucional vebleniana para os avanços do feminismo econômico? Como hipótese guiadora, tem-se que a partir da economia institucional vebleniana há possíveis contribuições para o feminismo econômico, como a discussão da sua abordagem evolucionária e do tratamento sobre a mulher.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a possível ligação entre as ideias abordadas pela economia institucional de Veblen e a evolução do feminismo econômico. Os objetivos específicos são: 1. abordar a importância de Veblen na economia institucional; 2. descrever as discussões sobre racionalidade, instituições e relações sociais e; 3. Analisar os avanços do feminismo econômico a partir da teoria vebleniana.

A metodologia utilizada no trabalho é fundamental bibliográfica, utilizando como base a teoria de Veblen e fazendo possíveis ligações com o feminismo econômico, além disso, outros autores que contribuíram para essa discussão foram acionados para análise. A metodologia do trabalho também é de base descritiva e explicativa, visto que busca descrever as abordagens de Veblen e do feminismo econômico, explicando possíveis ligações e contribuições.

Na primeira seção destaca o quanto a teoria de Veblen é importante na economia institucional. Na segunda seção aborda-se sobre a racionalidade,

instituições e as relações sociais, verificando a primordialidade de se refletir de forma ampla, para que esta reflexão leve em consideração os problemas da realidade em circunstâncias dinâmicas entre os indivíduos. Na terceira seção analisa-se as visões de Veblen sobre questões feministas e a relevância dessas observações para a nova corrente: Economia Feminista. Por fim, tem-se as conclusões do trabalho.

## 2. A IMPORTÂNCIA DE THORSTEIN VEBLEN NA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A velha economia institucional iniciou com o artigo de Thorstein Veblen intitulado “*Why is Economics not an Evolutionary Science*” de 1898, na qual, o autor defende uma ciência econômica que reconheça o processo evolutivo das instituições. Veblen (1961 [1898]) tinha como alvo de sua crítica a ortodoxia econômica de sua época.

O velho institucionalismo argumentava a favor de uma ciência empírica, diferente das formulações teóricas ortodoxas, baseadas em hipóteses irrealistas, fundamentadas em suposições psicológico-comportamentais que possuíam pouco contato com o funcionamento real da economia. (RUTHERFORD, 2001, p. 177).

No lugar dessas abstrações, Veblen sugeriu uma reestruturação da teoria econômica que se equilibrasse sobre visões da ciência evolucionária, ou seja, uma “teoria do processo, de uma sequência que se desdobra” (VEBLEN, 1961 [1898], p. 58). Veblen tem o questionamento dos motivos que a ciência econômica não se beneficia das novas descobertas que as áreas como antropologia, biologia, psicologia e história estavam realizando. Ele critica a insistência dos economistas de se apegar a dados e a quantificações de modo geral, sem se preocupar com o contexto que estes estão inseridos.

[...] uma economia evolucionária deve ser a teoria de um processo de crescimento cultural conforme determinado interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas, expressa em termos do próprio processo. (VEBLEN, 1898, p. 393).

Além da ciência evolucionária, Veblen sugeriu uma teoria dos instintos. Para ele, os homens seriam instigados por três instintos: (i) instinto de artesanato (*workmanship*), que seria a tendência à implementação de incrementos tecnológicos;

(ii) instinto familiar (*parental bent*), que inclinaria o sujeito a buscar a melhora do bem-estar da família e da sociedade; (iii) instinto de curiosidade (*idle curiosity*), que levaria o sujeito a produzir explicações coerentes do mundo (RUTHERFORD, 1984, p. 332). Todavia, mais considerável que os instintos seriam as instituições que, pela razão de que embolsariam autonomia em relação aos instintos, revelando-se até a capacidade de moldar esses instintos. No livro de 1899, *The Theory of the Leisure Class*, Veblen coloca sua visão de instituição “à evolução da vida social a partir de um processo contínuo de mudança nos hábitos mentais dos sujeitos” (CAVALCANTE, 2015, p. 377). Dessa maneira, Veblen entendia as instituições como “hábitos mentais, que seriam métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (VEBLEN, 1988 [1899], p. 89).

Hábitos mentais são maneiras de ser e de fazer as coisas que se estagnam em instituições, mantidas ou alterados ao longo do tempo pela ação reprodutiva ou de mutação dos sujeitos. Isto posto, as instituições integrariam o tecido social alimentando-se das ações e decisões dos sujeitos e ao mesmo tempo as transformando ao longo do tempo (VEBLEN, (1961 [1898]); CAVALCANTE, 2015).

É no material humano que se procura a continuidade do desenvolvimento; e é aqui, portanto, que as forças motrizes do processo de desenvolvimento econômico devem ser estudadas para serem estudadas em ação. A ação econômica deve ser o assunto da ciência para que a ciência se enquadre como uma ciência evolutiva. (VEBLEN, 1898, p. 388).

A economia institucional estuda o processo que estabelece o interesse econômico<sup>2</sup>. As instituições – e suas regras – estruturam interações sociais e, por isso, são objeto de estudo da economia institucional. As instituições têm em si um princípio comum o controle dos indivíduos. Esse processo gera perdas e ganhos aos indivíduos, mas, todas as instituições dependem das demais, ou seja, é preciso essa interação. Então, quando um indivíduo tem benefício de certa instituição, talvez outro possa estar sendo prejudicado, e vice-versa (HODGSON, 2006, p. 13).

Para Thorstein Veblen, as instituições funcionam pelo motivo de que essas regras são envolvidas pelos hábitos compartilhados de pensar dos indivíduos. “A aquisição de hábitos (ou habituação) é o mecanismo psicológico que forma a base do

---

<sup>2</sup> É um estudo da própria sequência cumulativa de instituições econômicas.

comportamento ‘*rule-following*’ (ou seguidor de regras)” (HODGSON, 2006, p. 6), ou seja, o hábito é o incentivo para que as instituições estejam em atividade e se perenizem. Para que o processo de conformação de uma instituição aconteça, é primordial um arquétipo socialmente compartilhado, articulado, com interatividade de pensar e agir.

Segundo Cruz (2014), Veblen, deixa claro em seu artigo de 1898 (*the instinct of workmanship ou sense of achievement*) que inúmeras questões econômicas são de natureza humana (*nature*), complementadas por hábitos sociais, ou seja, hábitos e pensamentos generalizados pela sociedade (*nurture*) – o comportamento humano, é vislumbrado como uma antinomia, como um alinhamento entre *nature* e *nurture*, e este se resolve de forma complexa pelos estudos de sociedade.

Para o autor, a ciência econômica deveria se basear em outras ciências, como psicologia, antropologia, história etc. para melhorar o entendimento de como a sociedade se desenvolve e interage.

As ideias preconizadas por Veblen fazem parte da economia institucional que para Florio e Rohenkohl (2018) “parte do princípio de que as condições materiais e sociais evoluem com o passar do tempo, e têm como objetivo de suas pesquisas compreender o processo de transformação institucional e tecnológica” indo de encontro com as pressuposições de grandes economistas que assumem regularidades universais e tendências de estado de equilíbrio.

Assim, pode-se entender que para Veblen, segundo Cavalcante (2015), a oposição proposta pelo autor em relação a ortodoxia tem como saída a explicação da economia envolvendo cadeias de causa e efeito: em seu livro teoria da classe ociosa (1899), ele “aplica sua concepção de instituição à evolução da vida social a partir de um processo contínuo de mudança nos hábitos mentais dos sujeitos”. Ainda segundo a autora, a compreensão da visão vebleniana de instituições como hábitos mentais são “métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (CAVALCANTE, 2015 apud VEBLLEN, 1899, p. 89).

### 3. RACIONALIDADE, INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS

Determinados comportamentos e hábitos passam de geração em geração e resistam ao tempo. “Isso se deve a diversos fatores, como o sentimento de

pertencimento a uma comunidade e a identidade de uma pessoa na comunidade” (FLORIO; ROHENKOHL, 2018, p. 41).

No Artigo de Simon (1978) intitulado “*Rationality as Process and as Product of Thought*”, é realizada uma crítica sobre a racionalidade maximizadora tão conhecida na ciência econômica. Para o autor existem dois tipos de racionalidade: a substantiva e a processual. A primeira diz respeito ao comportamento maximizador e auto interessado, enquanto a segunda retrata sobre uma racionalidade que aprende e “tateia” as novas situações que se apresentam.<sup>3</sup>

Simon (1978) defende uma expansão da racionalidade dos modelos econômicos. Os indivíduos agem em um mundo com a existência de complexidades, diversidades e interações, então é fundamental refletir de forma ampla, para que esta reflexão leve em consideração os problemas da realidade em circunstâncias dinâmicas, ou seja, de um acúmulo de articulações entre os indivíduos que modifique as situações dos sistemas e possibilite aos indivíduos situações novas.

Marcel Mauss, um autor importante da sociologia econômica inclui nas teorias empiristas e materialistas da realidade social das interrelações gestuais, afetivas e ritualísticas. Deve-se registrar que entre os economistas o valor de confiança é importante entre produtores e consumidores, caso não houver o valor-confiança tais trocas mercantis se desorganizam. Mauss tinha a compreensão de que não existe limitação das ações humanas visando interesse e egoísmo e que não é apenas a economia de mercado que leva a uma produção do bem-estar social (TAROT, 1998; MARTINS, 2005).

O valor-confiança constitui um atributo que apenas se desenvolve primariamente no nível das relações da dádiva, no dar ao outro gratuitamente em crédito de honra, no acreditar que ao se dar esse crédito a alguém ele será retribuído com algo que faça circular adequadamente a confiança inicialmente depositada. (MARTINS, 2005, p. 55).

“Valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é essencial para a vida social” (MARTINS, 2005, p. 45). Mauss compreende a visão

---

<sup>3</sup> Devemos dar conta não apenas da racionalidade substantiva – a medida em que são escolhidos cursos de ação apropriados - mas também da racionalidade processual – a eficácia, à luz dos poderes e limitações cognitivas humanos, dos procedimentos usados para escolher as ações. À medida que a economia avança em direção a situações de crescente complexidade cognitiva, ela se torna cada vez mais preocupada com a capacidade dos atores para lidar com a complexidade e, portanto, com os aspectos processuais da racionalidade. (SIMON, 1978, p. 8).

da sociedade como um fato social total, ou seja, a vida social tem sobretudo um conjunto de prestações e contraprestações que de certa forma obriga os membros. Porém, tais membros tem a liberdade na entrada e na saída das obrigações. Neste sentido “há uma incerteza estrutural do sistema de circulação de dádiva entre os homens, o que leva a passarem da paz para a guerra” (MARTINS, 2005, p. 47). E a dádiva é colocada como uma regra moral que se impõe a coletividade.

Mauss reduz a ideia da sociedade como um processo sistêmico de jogo, estratégias e espertezas. Existe sim fundamentos não econômico do vínculo social.

Na dádiva participam a obrigação e o interesse, mas também na espontaneidade, a liberdade, a amizade, a criatividade. A sociedade, nessa perspectiva relacional é um fenômeno social total, porque ela se faz primeiramente pela circulação de dádivas (presentes, serviços, hospitalidade, doações e, também pelos desejos, memórias, sonhos e intenções) considerados símbolos básicos na constituição dos vínculos sociais. (MARTINS, 2005, p. 51).

Neste contexto, a dádiva em Mauss se destacava por ter um caráter universalizante e que não pode ser limitada por instrumentos econômicos. É possível perceber um conjunto de reciprocidades de caráter interpessoal. A expansão ou retração desse conjunto é realizada a partir do tríplice obrigação (dar-receber-retribuir) conhecido como dom ou dádiva (sistema de trocas básica da vida social). Esse dom alcança o fenômeno total pela razão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A ciência econômica não é limitada na racionalidade e maximização, que não existe limitação das ações humanas. É fundamental entender que indivíduos sofrem mudanças, expandem pensamentos, podendo então se adaptar aos problemas da realidade em circunstâncias dinâmicas.

Normas podem ser compreendidas como definições de condutas socialmente aceitas conforme regras básicas, ou ideais. Normas de gênero implicam a aplicação da ideia de norma à distinção entre homens e mulheres. Elas estão enraizadas na vida social e nas instituições, consubstanciadas tanto no pensar e agir dos indivíduos como em discursos, organizações, transações comerciais e identidades coletivas. (PEARSE; CONNELL, 2016, p. 31).

Os indivíduos adquirem aprendizado e isto contribui para a evolução o desenvolvimento dos grupos e da estrutura social ao longo do tempo. March (1994), coloca três características principais das experiências fundamentais para o

aprendizado. Primeiramente, as interpretações têm a tendência da conservação das crenças, isto é, “a experiência é interpretada a partir de um ponto que sustenta conhecimentos prévios e, portanto, tende a manter o *status quo* de hábitos de pensar compartilhados” (FLORIO; ROHENKOHL, 2018, p. 46).

Em segundo lugar, indivíduos tendem a usar teorias causais simples para interpretação das experiências e, assim, as associações das ações e resultados são realizadas pelo que já aconteceu próximo a tal indivíduo. Por último, a análise da experiência é uma interpretação social, ou seja, visões sobre causas de eventos são desenvolvidas e compartilhadas com uma rede de conexões sociais. Indivíduos estruturam o esclarecimento de um fato seguindo padrões sociais “aprovados”. “A aprendizagem é um processo em que é necessária a confirmação do grupo” (FLORIO, ROHENKOHL, 2018, p. 41). Este processo de ideais nem sempre é o melhor, mas apenas o que mais agrada e convence aquele grupo social (MARCH, 1994, p. 84).

As regras a serem seguidas não são rígidas, sofrem mutações e transfigurações com o passar com o passar do tempo. Os indivíduos tomadores de decisão e seguidores das regras articulam entre os grupos sociais, por isso, as regras evoluem e indivíduos acumulam novos aprendizados, bem como os hábitos compartilhados. A complexidade e diversidade do ambiente socioeconômico já são “uma importante razão para as normas se modificarem com dificuldade e lentidão. Mas ela também implica que há muitos pontos da vida social nos quais os processos de mudança podem iniciar (PEARSE; CONNELL, 2016, p. 47).

#### **4. AVANÇOS DO FEMINISMO A PARTIR DA TEORIA VEBLENIANA**

As abordagens históricas evolucionárias da obra “*The Theory of the Leisure Class*” de 1899 de Veblen, busca explicitar o surgimento da propriedade privada e da classe ociosa, bem como o tratamento desigual imposto a diversos grupos de pessoas. Mesmo que o papel da mulher não seja o objetivo da obra, a posição feminina é citada e debatida em diversos trechos (FLORIO, ROHENKOHL, 2018; CRUZ, 2014). Para Veblen, o papel da mulher é resultado de um processo histórico ligado ao processo do patriarcado, afirma assim que existe uma distinção entre proeza e trabalho, e esse distinção coincide com a diferença entre os sexos.

A economia moderna tem discutido assuntos diversos e complexos como: a questão de gênero na divisão social do trabalho, na distribuição da renda, nos direitos de propriedade, no nível de empregabilidade. “Apesar dessa disseminação pelos sistemas econômicos, o gênero dos indivíduos tem sido ignorado pelo *mainstream economics*” (PEARSE; CONNELL, 2016, p. 30).

Veblen apresentava como principal crítica os pressupostos da economia ortodoxa, que formulava suas teorias em hipóteses irrealistas, firmadas em suposições psicológicas-comportamentais que possuem pouco fundamento com o funcionamento real da economia (RUTHERFORD, 2001), isso porque o sujeito econômico, segundo a teoria, tem acesso total as informações e toma decisões otimizadas levando ao bem-estar geral – assim, apenas o sexo do sujeito econômico é levado em consideração – podemos dizer que a teoria se esquia da diferença entre sexo e gênero, em que o primeiro é a condição biológica, e a segunda, social.

Veblen discute o papel da mulher associando a história econômica, mostrando como o patriarcado mantém a mulher em dominância ao longo dos séculos, interferindo na vida social destas. É importante destacar que, o patriarcado surge no estado arcaico em que a unidade básica de organização era a família do patriarcado em que as normas e valores eram ditados pelo patriarca. Papeis e comportamentos eram apropriados a um ou a outro sexo: valores, costumes, leis e papéis sociais eram exclusivos de homens ou de mulheres (LERNER, 1990, p. 115).

Veblen inicia sua narração evolutiva dissertando sobre o modo de vida bárbaro: “trabalho dos homens na cultura bárbara inferior não é menos indispensável à vida do grupo do que o trabalho realizado pelas mulheres” (VEBLEN, 2003, p. 6). No período da sociedade primitiva, tanto homens quanto mulheres, tinham uma relevância essencial para o bem comum da comunidade. Porém, mesmo o trabalho de ambos sendo extremamente importantes, o trabalho que o homem bárbaro realizava era de uma eficácia e de um êxito que não se comparava com o trabalho rotineiro realizado pelas mulheres.

A classe ociosa é consequência de uma discriminação imatura entre empregos, uns são dignos e outros indignos. Para Veblen, os empregos dignos seriam aqueles classificados como “pesados” e os indivíduos eram exploradores. E os indignos seriam aqueles rotineiros, cotidianos essenciais que não se enquadra em “qualquer elemento apreciável de exploração” (VEBLEN, 2003, p. 7-8). Assim, Veblen relata que:

[...] o surgimento de uma classe ociosa é consequência de uma diferenciação bem previamente estabelecida, na qual, entre muitas funções, se estabelecem as que são dignas e as que não são. As funções dignas pressupõem grandes façanhas e as indignas são aquelas associadas ao trabalho diário e rotineiro – que não sugira proeza do indivíduo. (FLORIO; ROHENKOHL, 2018, p. 48).

Neste sentido, toda função que não possui reconhecimento e elogios da sociedade se torna um trabalho indigno. O trabalho da mulher por ser leve, cotidiano e rotineiro é visto como pouco importante, pois o trabalho importante é aquele louvável, como ganhar guerras e competições (homem bárbaro)<sup>4</sup>. A partir dessa distinção entre proeza e trabalho penoso surge uma grande diferença entre os sexos. Dessa maneira, “As atividades que em geral se classificam como proezas tocam aos homens, porque são mais fortes, mais firmes, mais capazes de tensão súbita e violenta, e mais facilmente inclinados à autoafirmação, à emulação ativa e à agressão” (VEBLEN, 2003, p. 11).

Existe um caráter de competitividade e necessidade de realização de proezas, por parte dos homens. Eles precisam demonstrar seu *status* a partir de fatos materiais, e por isso surge a propriedade. Thorstein Veblen argumenta que “a forma mais primitiva de propriedade é a que os homens exercem sobre as mulheres” (FLORIO, ROHENKOHL, 2018, p. 50). Assim, homens tinham costume de se apropriar de forma violenta das mulheres de outros (inimigos) e as utilizando como troféus. Este modo de vida predatório dos homens e a busca de elogios e admiração dos grupos sociais acaba gerando no que Veblen chama de um casamento-propriedade. Outra questão seria a visão de admiração quando o homem possui várias mulheres, homem aumenta sua posição na sociedade com tal atitude (CRUZ, 2014).

[...] todos os homens que querem ser bem considerados por seus iguais necessitam unir-se a uma ou a várias mulheres mediante os laços honráveis da captura. Para ocupar uma posição decente na comunidade, um homem deve estabelecer a vitoriosa e honrosa relação do matrimônio-propriedade; a relação de matrimônio publicamente reconhecida que carece da sanção da captura passa a ser indigna dos homens sãos; mas, à medida que o grupo aumenta de tamanho, cresce também a dificuldade de possuir mulheres mediante captura [...] é necessário alterar o *status* das mulheres casadas dentro do grupo mediante uma captura mímica ou cerimonial. A captura

---

<sup>4</sup> A diferenciação precoce, da qual surge a distinção entre a classe ociosa e a classe operária, é uma divisão mantida entre o trabalho masculino e feminino nos estágios inferiores da barbárie. Da mesma forma, a forma mais antiga de propriedade é a propriedade das mulheres pelos homens capazes da comunidade. Em termos gerais e mais relevante para a teoria da vida bárbara, pode-se dizer que é a trata de propriedade da mulher pelo homem. (VEBLEN, 2003, p. 17).

cerimonial serve para situar a mulher livre na classe mais aceitável de mulheres: aquelas unidas mediante os laços de coerção a um dono, proporcionando, assim, legitimidade e decência ritual a relação de matrimônio resultante. (VEBLEN, 1999, p. 359).

O lugar que o homem tem na sociedade patriarcal é produto de emulação entre os mesmos – da comunidade guerreira, por exemplo. Sendo uma sociedade predatória, a propriedade e o controle das mulheres são uma evidência gratificante da destreza e da alta posição do homem. Assim, quanto maior o número de mulheres subjugadas por um homem, maior será a posição deste perante a comunidade. (VEBLEN, 1999, p. 360).

Veblen traz em suas narrativas como é complexo transformar os hábitos, tendências e temperamentos acumulados têm muito a dizer sobre a forma de expressão dos hábitos da vida em comunidade. Porém, verifica-se as relações, bem como a superação da relação coercitiva dos homens sobre as mulheres tem sofrido muitas alterações (ALMEIDA et al, 2014; CRUZ, 2014).

A Economia Feminista<sup>5</sup> surge neste ambiente complexo, diverso, com questionamentos e tentativas de superação de hábitos de pensar. “Procura-se, a partir dessa abordagem, superar um modo androcêntrico de se estudar a ciência econômica. A teoria e a prática econômica estariam aviesadas por essa maneira de se pesquisar bem como entender essa ciência” (FLORIO, ROHENKOHL, 2018, p. 52).

A intenção dos intelectuais dessa nova e importante corrente é estudar a sociedade abrangendo a diversidade de relações com diferentes indivíduos que esta possui, isto é, a economia feminista tem o intuito da inclusão de parâmetros de gênero até então não abordados na visão econômica (NELSON, 1995).

Os estudiosos feministas sugerem que a economia se tornou menos útil implicitamente refletindo um ideal distorcido da masculinidade em seus modelos, método, tópicos e pedagogia. Os estudiosos feministas argumentam que o uso de uma gama mais ampla de ferramentas para estudar e ensinar sobre um território mais amplo da atividade econômica tornaria a economia uma disciplina mais produtiva tanto para os praticantes do sexo masculino quanto feminino. (NELSON, 1995, p. 471).

Com a economia feminista, detecta-se que a economia não pode ser apenas um assunto com fórmulas, dados e números. Para mudar a estrutura social, que é capitalista, racista e patriarcal, precisamos transformar a lógica que a organiza. Precisa-se quebrar paradigmas, evoluir com os aprendizados. É primordial o

reconhecimento e valorização da experiência histórica das mulheres, que garantem com seu trabalho cotidiano a sustentabilidade da vida. Além disso, é necessário dividir esta responsabilidade com os governos, os homens e toda a sociedade.

A economia feminista tem a intenção da busca de alternativas para a superação desse modo de se enxergar os processos econômicos já enraizados. É um avanço dentro da ciência econômica que de certa forma já era discutido por Veblen. É uma corrente nova que busca aumentar a gama de ferramentas disponíveis para se estudar relações e processos econômicos. Pode-se afirmar que economia feminista possui pontos de interseção com a economia institucional, já qualquer uma das duas analisa e desenvolve processos de sobrevivência de uma instituição. “Nesse sentido, o institucionalismo é uma fonte teórica compatível com a pluralidade de pensamento proposta pela economia feminista” (FLORIO, ROHENKOHL, 2018, p. 53).

## **5. CONCLUSÕES**

As ideias preconizadas por Veblen fazem parte da economia institucional que preconiza que as interações materiais e sociais evoluem ao passar do tempo, e esse processo deve ser entendido. O processo de transformação embate grandes economistas que assumem regularidades universais e tendências de estado de equilíbrio. As ideias de Veblen são opostas à da ortodoxia e envolvem cadeias de causa e efeito, a concepção de instituições compõe a evolução da vida social pois, para ele, o processo de mudança de hábitos mentais do sujeito é constante.

A economia feminista busca encontrar alternativas para a superação desse modo de se enxergar os processos econômicos – perpassados com hábitos de pensar típicos do patriarcado. Esta abordagem sugere, assim, aumentar a gama de ferramentas disponíveis para se estudar relações e processos econômicos.

Tem-se que analisando as narrativas veblenianas houve uma evolução em assuntos feministas atualmente. Tradicionalmente, a economia trata a diferença de gêneros com certa discriminação ao gênero feminino, apesar de, em seus estudos, não contemplar a perspectiva do que é o gênero, porém, como citado anteriormente, o patriarcado ainda se perpetua, influenciando as interações econômicas.

Apesar da evolução do papel da mulher ao longo dos séculos, que anteriormente era baseado na sexualidade e na reprodução – Veblen, em teoria da

classe ociosa busca explicar o surgimento da propriedade privada, e a mulher, nesse contexto, era também parte da propriedade privada. Ele discorre sobre a divisão das funções, que poderiam ser dignas ou não dignas sendo a última associada a trabalhos rotineiros totalmente ligados aos trabalhos das mulheres.

A mudança de hábitos, segundo Veblen, é complicada e relutante. Os temperamentos e as tendências de comportamento são herdadas ao decorrer de longos períodos da vida em comunidade, e a instituição patriarcal é de extrema importância na diferenciação dos gêneros. Partindo da abordagem do artigo, pretende-se mudar, de certa forma, a maneira de se estudar a ciência econômica por estarem viesadas ao sistema patriarcal.

A economia feminista visa o estudo da sociedade abrangendo a diversidade em relação ao homem econômico, buscando incluir os parâmetros de gênero não considerados pela economia tradicional. O indivíduo maximizador, racional, e otimizador não sofrem influência da sociedade, o que, segundo o institucionalismo é irrealista levando os estudos econômicos a um negacionismo de elementos psicológicos e históricos do indivíduo e sociedade.

Assim, conclui-se que os estudos da economia feminista argumentam que há a necessidade de uma ampliação nas ferramentas de estudo para que a teoria econômica se torne um terreno mais produtivo e amplo, fugindo da distorção imposta pela masculinidade que influencia o modo de compreender a economia como campo de estudo. Em linhas gerais, a economia feminista busca um número superior de ferramentas e métodos de análise afim de tornar a perspectiva das decisões mecânicas a decisões baseadas em mais do que a economia neoclássica.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundária? Tese (Doutorado) – USP/FFLCH/Departamento de Sociologia, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, T.; TEIXEIRA, M.; COSTA, M.; SANTOS, J.; MACHADO, V.; CARVALHO, D. Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar. **Sempre viva Organização Feminista**. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.pdf>>. Último acesso em: 05/04/2021

CAVALCANTE, C. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez. 2014.

CRUZ, M. **Thorstein Veblen: O teórico da economia moderna. Teoria econômica, Psique e Estética da Ordem Patriarcal**. Instituto de Economia UFRJ. Ebook – Primeira edição. CRA 637.547 Livro 1225 Folha 242. 2014. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/ebook\\_veblen\\_murillo\\_cruz\\_@@@.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/ebook_veblen_murillo_cruz_@@@.pdf). Último acesso em: 05/04/2021

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, vol. XL, n. 1, mar. 2006.

FLORIO, B.; ROHENKOHL, J. Institucionalismo vebleniano e a economia feminista: considerações teóricas. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 22, pp. 35-54 jan.-jun. 2018.

MARCH, J. G. **A primer on decision making: how decisions happen**. Nova York: The Free Press, 1994.

NELSON, J. A. Feminism and economics. In: HAUSMAN, Daniel (org.). **The philosophy of economics: an anthology**. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

PEARSE, R.; CONNELL, R. Gender Norms and the Economy: insights from social research. **Feminist Economics**, vol. 1, n. 22, p. 30-53, 2016.

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the process of institutional change. **History of Political Economy**, v. 16, n. 3, p. 331-348, 1984.

SIMON, H. A. Rationality as a process and as a product of thought. **American Economic Association**, vol. 68, n. 2, maio 1978.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 12, n. 4, p. 373-397, jul. 1898.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1988[1899].

VEBLEN, T. **El estatus bárbaro de las mujeres**. Reis, n. 86, p. 355-363, 1999.

**Recebido em: junho de 2020**

**Aceito em: outubro de 2020**